

1. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, estabelece um conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da educação básica. A BNCC é organizada em áreas de conhecimento e disciplinas, e busca garantir uma formação integral do aluno. Qual é o objetivo central da BNCC?
  - a) Substituir completamente os currículos escolares locais.
  - b) Estabelecer conteúdos disciplinares específicos para cada estado brasileiro.
  - c) Definir as aprendizagens essenciais que todos os alunos do Brasil devem desenvolver.
  - d) Regular o currículo de ensino superior no Brasil.
  - e) Padronizar o ensino médio em todas as escolas públicas.
2. O Currículo Base da Educação Josefense se destaca por incorporar temas fundamentais para a formação cidadã, como a diversidade e os direitos humanos. Com base nesse currículo, qual é a importância de tratar a diversidade na educação municipal?
  - a) O currículo limita a abordagem da diversidade a festividades culturais específicas.
  - b) O tema da diversidade não é uma prioridade no Currículo Base da Educação Josefense.
  - c) A diversidade contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, promovendo o respeito às diferenças e a igualdade de direitos.
  - d) Tratar da diversidade é opcional, sendo responsabilidade exclusiva das escolas particulares.
  - e) A diversidade deve ser abordada apenas nas disciplinas de ciências humanas.
3. A Política Nacional de Educação Infantil estabelece o direito das crianças de zero a seis anos à educação, conforme preconizado pela Constituição Federal e a LDB. Essa política busca assegurar um atendimento educacional que respeite as necessidades específicas de cada faixa etária. Qual é a principal meta dessa política?
  - a) Oferecer educação em tempo integral para todas as crianças de zero a seis anos.
  - b) Transferir a responsabilidade pela educação infantil do município para o estado.
  - c) Organizar creches e pré-escolas de acordo com as normas do ensino médio.
  - d) Substituir o ensino fundamental pelo ensino infantil como prioridade.
  - e) Garantir o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais.
4. A Resolução nº 65/2023 do COMESJ-SC apresenta as diretrizes para a Escola Integral no município de São José. A Escola Integral tem como objetivo ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, oferecendo atividades que complementem sua formação acadêmica e cidadã. Qual é o principal benefício dessa modalidade de ensino?
  - a) A Escola Integral proporciona uma formação mais ampla, contemplando aspectos cognitivos, físicos, emocionais e sociais dos alunos.
  - b) A escola foca exclusivamente em atividades extracurriculares durante o período integral.
  - c) A modalidade de ensino integral é opcional e se aplica apenas ao ensino médio.
  - d) A Escola Integral substitui a necessidade de participação em atividades extracurriculares fora do ambiente escolar.
  - e) A Escola Integral reduz a carga horária das disciplinas obrigatórias.
5. A Resolução CNE/CP nº 2/2017, que institui a BNCC, reconhece a importância da educação ambiental como um componente transversal da educação básica. Como a educação ambiental deve ser trabalhada, segundo a BNCC?
  - a) Somente em eventos e campanhas específicas sobre o meio ambiente.
  - b) De forma integrada aos componentes curriculares, de modo que esteja presente em todas as áreas do conhecimento.
  - c) Apenas em atividades extracurriculares promovidas fora do horário escolar.
  - d) Em escolas localizadas em áreas rurais, com enfoque no meio ambiente local.
  - e) Exclusivamente nas disciplinas de ciências e geografia.
6. A avaliação da aprendizagem no contexto das políticas educacionais de educação básica tem como objetivo diagnosticar o desenvolvimento dos alunos e a eficácia das práticas pedagógicas. Qual é o papel da avaliação formativa nesse processo?
  - a) A avaliação formativa não deve influenciar o planejamento pedagógico.
  - b) A avaliação formativa é obrigatória apenas para o ensino fundamental.
  - c) A avaliação formativa tem o objetivo de acompanhar o progresso dos alunos de forma contínua, oferecendo feedbacks que contribuam para a melhoria de seu desempenho.
  - d) A avaliação formativa é aplicada exclusivamente ao final de cada ano letivo.
  - e) A avaliação formativa deve se concentrar apenas nos resultados das provas finais.

7. A gestão democrática é um princípio fundamental para a organização da escola pública contemporânea, visando à participação ativa de toda a comunidade escolar nas decisões pedagógicas e administrativas. Como esse princípio pode ser efetivado no cotidiano escolar?
- Centralizando as decisões exclusivamente na figura do diretor da escola.
  - Limitando a participação dos pais às reuniões anuais.
  - Excluindo os alunos das discussões sobre o planejamento escolar.
  - Subordinando as decisões escolares às determinações do governo municipal.
  - Através da participação dos professores, alunos, pais e funcionários na tomada de decisões relacionadas ao planejamento pedagógico e à gestão escolar.
8. O Currículo Básico da Educação Josefense inclui, entre seus princípios, a valorização da educação ambiental. Por que a educação ambiental é considerada um tema transversal e essencial no currículo?
- Porque sua aplicação é restrita às escolas localizadas em áreas rurais.
  - Porque trata-se de um tema opcional para as escolas.
  - Porque seu enfoque deve ser apenas em campanhas e projetos temporários.
  - Porque sua abordagem deve ser restrita às disciplinas de ciências.
  - Porque ela deve permear todas as áreas do conhecimento, promovendo a conscientização sobre a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente.
9. As teorias da aprendizagem desempenham um papel central na orientação das práticas pedagógicas. Entre essas teorias, destaca-se o construtivismo, que coloca o aluno como protagonista de seu processo de aprendizagem. Como o construtivismo pode ser aplicado no contexto escolar?
- Eliminando o papel do professor como mediador no processo de ensino.
  - Promovendo situações em que o aluno possa construir seu próprio conhecimento por meio da interação com o meio, em vez de apenas receber informações passivamente.
  - Focando exclusivamente em atividades expositivas e avaliações formais.
  - Limitando o uso do construtivismo às séries iniciais.
  - Priorizando o ensino de conteúdos tradicionais e imutáveis.
10. A função social da escola pública contemporânea envolve a formação de cidadãos críticos e participativos, preparados para enfrentar os desafios da sociedade. Como essa função social é implementada no cotidiano escolar?
- Limitando as ações educativas às disciplinas obrigatórias.
  - Focando exclusivamente no ensino de conteúdos acadêmicos tradicionais.
  - Subordinando a função social da escola às determinações do mercado de trabalho.
  - Através da centralização das atividades educativas no cumprimento de metas acadêmicas.
  - Através do desenvolvimento de atividades pedagógicas que promovam a cidadania, a igualdade e o respeito às diversidades.
11. De acordo com a Portaria nº 1269/2017, escreva V para verdadeiro e F para falso:
- A contratação de auxiliar de educação especial deverá levar em consideração o grau de funcionalidade do aluno nas habilidades motoras, ou seja, dificuldade para realizar atividades de alimentação, higiene e locomoção.
  - A contratação de auxiliar de educação especial deverá ser concedida no prazo de sete dias após a solicitação pela direção da Unidade de Ensino, mediante parecer descritivo e autorizado pelo Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.
  - A contratação de auxiliar de educação especial será autorizada quando o aluno com deficiência ou com transtorno do espectro autista apresentar laudo médico, tendo em vista que todos os alunos com deficiência ou com transtorno do espectro autista necessitam deste profissional.
  - A contratação de auxiliar de educação especial será autorizada para que se acompanhe um único aluno em casos específicos, avaliados pela equipe multidisciplinar do Setor de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação.
- Agora assinale a sequência correta:
- V – V – F – F.
  - F – V – F – F.
  - V – F – V – F.
  - V – F – F – V.
  - F – F – V – V.
12. De acordo com a Portaria nº 1269/2017, Artigo 10º, quando houver a necessidade de contratação de auxiliar de educação especial para atender crianças da Educação Infantil, a contratação somente será feita a partir do:
- Grupo I.
  - Grupo III.
  - Grupo VI.
  - Grupo V.
  - Grupo IV.
13. De acordo com a Lei nº 12.764/2012, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela que possui as seguintes características, **EXCETO**:
- Deficiência persistente e clinicamente significativa marcada pela ausência de comunicação verbal.
  - Interesses restritos e fixos.
  - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns.
  - Excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados.
  - Falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento.

14. A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea) foi criada com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social e terá validade por:
- 10 anos.
  - 3 anos.
  - 7 anos.
  - 8 anos.
  - 5 anos.
15. São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, o acesso, **EXCETO**:
- A acompanhante especializada a todos os indivíduos com transtorno do espectro autista incluídos nas classes comuns de ensino regular.
  - Ao mercado de trabalho.
  - À previdência social e à assistência social.
  - À moradia, inclusive à residência protegida.
  - À educação e ao ensino profissionalizante.
16. Em consonância com a Lei nº13.146/2015, Artigo 27, a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos:
- E habilidades extracurriculares, sensoriais, cognitivas e antirracistas, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
  - E habilidades físicas, emocionais, intelectuais e geracionais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
  - E habilidades físicas, extrassensoriais, intelectuais e interacionais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
  - E habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
  - E habilidades físicas, artísticas, teatrais e paranormais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.
17. Foi instituído como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas:
- O cordão de fita com desenhos de ramos de alecrim.
  - O cordão de fita com desenhos de girassóis.
  - O cordão de fita com desenhos de margaridas.
  - O cordão de fita com desenhos de quebra-cabeça nas cores do arco-íris.
  - O cordão de fita com desenhos de quebra-cabeça nas cores azul e branca.
18. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, consideram-se barreiras urbanísticas:
- As existentes nos sistemas e meios de transportes.
  - As existentes nos edifícios públicos e privados.
  - Atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
  - As existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
  - Qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
19. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, considera-se pessoa com mobilidade reduzida:
- Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
  - Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação eletiva ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, descontrolo da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
  - Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, paralisia permanente do corpo todo ou dos membros, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade e da coordenação motora ampla, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
  - Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação temporária ou definitiva afetando diretamente a mobilidade, a flexibilidade e a coordenação motora, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso.
  - Aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação permanente, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo pessoa com qualquer idade, criança de colo ou idoso.

20. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário e esses direitos são extensivos ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal, **EXCETO**:
- Recebimento de restituição de imposto de renda e tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos em que for parte ou interessada, em todos os atos e diligências.
  - Disponibilização de recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - Proteção e socorro em quaisquer circunstâncias e acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis.
  - Disponibilização de pontos de parada, estações e terminais acessíveis de transporte coletivo de passageiros e garantia de segurança no embarque e no desembarque.
  - Atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público.
21. A educação constitui direito da pessoa com deficiência e incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
- Oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
  - Oferta de educação bilíngue, obrigatoriamente em Língua Portuguesa como primeira língua e em Libras como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
  - Oferta de educação bilíngue, obrigatoriamente em Língua Portuguesa como primeira língua e em Braile como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
  - Oferta de educação bilíngue, em Libras ou em Braile, de acordo com a necessidade do estudante, como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
  - Oferta de educação bilíngue, em Braile como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas.
22. De acordo com o Decreto nº 3.956/2001, Artigo 1, entende-se por deficiência:
- O termo “deficiência” refere-se a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, que gere incapacidade para o desempenho de atividades sociais, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
  - O termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.
  - O termo “deficiência” significa uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.
  - O termo “deficiência” refere-se à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física da pessoa.
  - O termo “deficiência” refere-se aquilo que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo até acontecer a recuperação ou ter probabilidade de que se altere, a partir de diferentes tratamentos.
23. A Declaração de Salamanca (1994) que aconteceu na Espanha teve, como objeto específico de discussão, a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Nela, os países signatários, dos quais o Brasil faz parte, foram incitados a, **EXCETO**:
- Criar mecanismos descentralizados e participativos, de planejamento, supervisão e avaliação do ensino de crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.
  - Dar a mais alta prioridade política e orçamentária à melhoria de seus sistemas educativos, para que possam abranger todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.
  - Assegurar que, num contexto de mudança sistemática, os programas de formação inicial do professorado, estejam voltados para atender às necessidades educacionais especiais, nas escolas inclusivas.
  - Adotar, com força de lei ou como política, o princípio da educação integrada, que permita a matrícula de todas as crianças em escolas comuns, a menos que haja razões convincentes para o contrário.
  - Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender a alunos e alunas com necessidades educacionais especiais.

24. De acordo com a Lei nº13.146/2015, considera-se tecnologia assistiva ou ajuda técnica:
- Produtos e equipamentos que não impeçam a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros.
  - Concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, com necessidade de adaptação ou de projeto específico.
  - Equipamentos, dispositivos que não dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
  - Produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.
  - Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.
25. De acordo com o que dispõe a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, é considerada deficiência mental:
- Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
  - Funcionamento intelectual baixo, com manifestação antes dos sete anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação e habilidades sociais.
  - Funcionamento cognitivo reduzido com manifestação antes dos dois anos de idade, principalmente no que se refere à interação social e à comunicação.
  - Funcionamento intelectual significativamente reduzido manifestado antes dos doze anos de idade com limitações associadas à comunicação, ao cuidado pessoal e às habilidades sociais.
  - Funcionamento cognitivo significativamente inferior à média, com manifestação antes dos doze anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização da comunidade, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho.
26. São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, **EXCETO**:
- Estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência.
  - Ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho.
  - Viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa política, por intermédio de suas entidades representativas.
  - Garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, com cunho assistencialista.
  - Incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer.
27. A terminologia “necessidades educacionais especiais” passou a ser amplamente disseminada após a:
- Declaração de Salamanca.
  - Divulgação no Plano de Diversidade Nacional.
  - Declaração de Jontien.
  - Declaração de Milão.
  - Divulgação no Congresso de Guatemala.
28. Indivíduos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo, incluem-se neste grupo:
- Alunos com transtorno de atenção e hiperatividade.
  - Alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.
  - Alunos com disortografia, disgrafia e discalculia.
  - Alunos com dislalia, dislexia e disgrafia.
  - Alunos com altas habilidades/superdotação.
29. Deficiência auditiva caracteriza-se a partir da perda bilateral, parcial ou total a partir de:
- De trinta e cinco e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
  - De trinta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
  - De quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
  - De cinquenta e cinco decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.
  - De cinquenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.

30. Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com:
- a) Necessidades especiais, deficiência física e mental e altas habilidades/superdotação.
  - b) Transtornos globais, deficiências múltiplas e déficit de atenção e hiperatividade.
  - c) Transtorno desafiador de oposição, déficit de atenção e hiperatividade e deficiência física e mental.
  - d) Deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.
  - e) Deficiências múltiplas, altas habilidades/superdotação e síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.